



Boletim informativo

Nesta Edição:

<i>Número de expedientes</i>	Pág. 1
<i>Juíza da Corregedoria participa de Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil em Porto Alegre</i>	Pág. 2
<i>Ouvidoria do TJPR comemora 3 anos de instalação</i>	Pág. 2
<i>Corregedor destaca a importância do Registro Civil para a sociedade</i>	Pág. 3
<i>Corregedor-Geral apresenta relatório sobre sindicância instaurada em ações internacionais</i>	Pág. 4
<i>Corregedoria-Geral da Justiça divulga Planejamento Estratégico</i>	Pág. 5
<i>TJPR empossa dois novos Juízes substitutos</i>	Pág. 6
<i>Alteradas as denominações e competências das Varas Judiciais de Ivaiporã, Rolândia e Santo Antônio da Platina</i>	Pág. 7
<i>TJPR e Escola Nacional de Notários e Registradores promovem curso de capacitação</i>	Pág. 7
<i>Órgão Especial autoriza Desembargador a frequentar curso de doutorado em Portugal</i>	Pág. 8
<i>Em menos de dois meses, equipe de magistrados da Força-Tarefa julga 251 processos pertinentes à Meta 4 do CNJ</i>	Pág. 8
<i>Dois magistrados são autorizados a frequentarem curso de aperfeiçoamento profissional na Espanha</i>	Pág. 9
<i>Corregedor-Geral da Justiça, Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, que se aposenta após 37 anos dedicados à Magistratura, é homenageado por juízes e servidores da Corregedoria</i>	Pág. 10
<i>Calendário de correções e inspeções</i>	Pág. 11



Mensagem dos Corregedores

Prosseguimos com o propósito de levar ao conhecimento dos integrantes desta Corregedoria – Juízes auxiliares, assessores e demais funcionários — bem como a todos os Desembargadores e Magistrados que compõem o quadro do Poder Judiciário paranaense, as informações sobre fatos relevantes que ocorrem no âmbito da Corregedoria. Esta edição reúne as principais notícias relativos ao mês de setembro de 2014.

Lauro Augusto Fabrício de Melo - Corregedor-Geral

Eugênio Achille Grandinetti - Corregedor da Justiça

"As ações de um homem são os melhores intérpretes de seus pensamentos."

John Locke

Número de expedientes

No mês de **setembro**, foram atuados na Corregedoria **842** processos novos.

Para o Corregedor-Geral foram encaminhados **1.286** processos diversos, para manifestação ou voto e para o Corregedor da Justiça, **412**

Foram proferidas **1.269** decisões monocráticas pelo Corregedor-Geral e **251** pelo Corregedor da Justiça.

No Conselho da Magistratura, foram relatados **49** feitos pelo Corregedor-Geral da Justiça.

Juíza da Corregedoria participa de Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil em Porto Alegre – RS



A Juíza **Vânia Maria da Silva Kramer** participou do XLI Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, realizado na semana passada em Porto Alegre (RS) representando a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Paraná.

Na ocasião foi discutida a implantação do registro eletrônico de imóveis. A magistrada também compôs a mesa que tratou do procedimento de regularização fundiária. Na oportunidade a juíza foi convidada a conhecer o trabalho realizado pela Corregedoria do Rio Grande do Sul onde conversou com colegas juízes e corregedores. *(Notícia publicada no site do TJ)*

Ouvidoria do TJPR comemora 3 anos de instalação

A Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário do Estado do Paraná completa três anos de instalação nesta sexta-feira (5).

Instituída em 2011, a Ouvidoria presta relevante serviço de atendimento ao usuário da Justiça, valorizando a cidadania e contribuindo para o incremento na prestação jurisdicional.

"A análise das manifestações encaminhadas visa conferir eficiência ao serviço judicial, mas também serve como indutor de melhorias nas estruturas do Poder Judiciário" ressalta o Ouvidor-Geral da Justiça, Juiz **Guilherme Frederico Hernandes Denz**.

No ano de 2013, foram 18066 acessos, dentre solicitações, denúncias, reclamações ou elogios, o que segundo o magistrado, revela a confiança do cidadão no trabalho desenvolvido. *(Notícia extraída do site do TJ)*

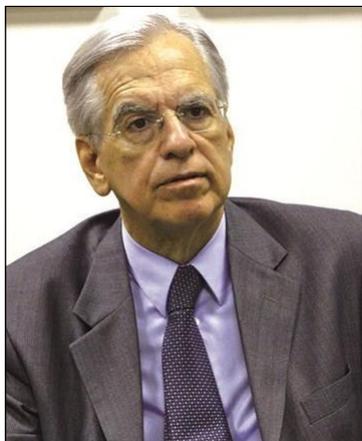


Corregedor destaca a importância do Registro Civil para a sociedade

Sob o título “Registro Civil: uma ferramenta para a democracia brasileira”, o jornal “Gazeta do Povo” publicou, no dia 5 de setembro, a entrevista con-

cedida pelo Corregedor da Justiça, Des. **Eugênio Achille Grandinetti**, ao Informe Anoreg.

Leia abaixo, na íntegra, a entrevista em que o Des. Grandinetti tece considerações sobre a importância do Registro Civil para a sociedade.



Anoreg-PR — Como o senhor avalia a importância do Registro Civil para a sociedade?

Des. Eugênio Achille Grandinetti — Acredito que Registro Civil das pessoas naturais é a atividade mais democrática que existe. Todos nascem, muitos casam e todos morrem. Portanto, pelo menos, duas vezes as pessoas passarão obrigatoriamente pelo Registro Civil, o que faz com que essa atividade seja de uma importância vital para a sociedade brasileira, pois é dela que nascem todas as estatísticas que orientam as políticas públicas nas esferas municipais, estaduais e federal.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem se debruçado nos últimos anos sobre a atividade do Registro Civil. Como vê essa constante atualização de normas do serviço registral?

A legislação da atividade extrajudicial no País é antiga e encontra-se defasada em muitos Estados. Aqui no Paraná, recentemente elaboramos um novo Código de Normas, que atualizou uma série de procedimentos que vinham sendo mudados por decisões judiciais ou então por provimentos esparsos. Essa realidade tem sido a tônica de Estados como São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia, que recentemente editaram novos códigos. Da mesma forma ocorre na esfera federal. O Registro Civil se modernizou e teve que se adaptar às novas tecnologias e ao processo de desjudicialização, uma vez que os Tribunais encontram-se sobrecarregados de grandes demandas.

Um recente provimento do CNJ, de número 38, criou a Central Nacional do Registro Civil (CRC Nacional). Qual sua avaliação sobre a iniciativa de centralizar os dados?

Vivemos hoje no mundo virtual digital. Inclusive aqui no Paraná tenho defendido a integração da via digital no Registro Civil e também no Registro de Imóveis. Já temos catalogados aproximadamente 10 milhões de atos de nascimentos, casamentos e óbitos no projeto E-Certidões, desenvolvido pelo Instituto de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Irpen-PR), com apoio da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado (CGJ-PR). Começamos agora a fazer o escaneamento de todas as matrículas do Registro de Imóveis ao sistema. Já estou providenciando o provimento da virtualização. Agora, com a CRC Nacional, o objetivo é interligar os cartórios de todo o País, para possibilitar a localização e a solicitação de certidões de maneira fácil e integrada para o cidadão.

O Registro Civil ainda é uma atividade que carece de melhor receita em razão da instituição da gratuidade. Como o senhor avalia a situação desses cartórios?

Sem dúvida, o Registro Civil sofreu e ainda sofre com a questão da gratuidade. Há muitos anos, o Estado resolveu fazer cortesia com o chapéu alheio e atacou frontalmente essa atividade ao declarar a gratuidade de muitos de seus atos sem a devida compensação. Alguns Estados conseguiram contornar esses problema com a edição de fundos de ressarcimento dos atos gratuitos, que recentemente uma decisão do CNJ destacou ser de urgência para todos os Estados brasileiros. No Paraná, encontrou-se a solução por meio da criação do Funarpen, que tem sido uma instituição de muita respeitabilidade e compromisso com a garantia de sustentabilidade da atividade. É um avanço que não pode ter retrocesso e que conta com a presença de representantes do Poder Judiciário para que tudo seja feito dentro da maior legalidade.

O Registro Civil tem buscado novas atribuições para que esta sustentabilidade

se amplie. Qual a sua avaliação?

Eu acho que é um direito que a atividade e seus participantes têm e devem buscar. Toda a atividade precisa ser sustentável para que possa se desenvolver, se modernizar e se adaptar à utilização das novas tecnologias. Sem receita é pouco possível melhorar a prestação de serviços. Tudo o que for possível que não contrarie a legislação vigente terá o apoio desta Corregedoria, até porque as atividades extrajudiciais podem ser importantes parceiros do Poder Judiciário para descongestionar os Tribunais e dar uma resposta ágil ao cidadão. Muitas das atividades que são levadas do Poder Judiciário podem ser compartilhadas ou exercidas pelos delegados extrajudiciais. Isto ocorreu de forma categórica com a lei que permitiu a separação, o divórcio e o inventário em cartório, assim como os processos de erros evidentes e reconhecimento de paternidade diretamente nas unidades extrajudiciais

O senhor implantou através da Instrução Normativa nº 06/2014 a instrução do Funarpen instituindo o selo digital. Como está a implantação no Paraná?

O selo digital no Paraná é uma evolução que veio proporcionar maior segurança e tranquilidade para os usuários dos serviços notariais e de registro, pois tão logo o ato seja praticado o usuário já pode ter acesso à página do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais (Funarpen) na internet para consultar qual tipo de ato, cartório onde foi feito, livro, termo e folha. Na Instrução Normativa nº 06/2014, concedi um prazo maior para possibilitar que cartórios pequenos se adaptem, via utilização do pen-drive criado pelo Funarpen, especialmente para que os cartórios possam ser ressarcidos dos atos gratuitos praticados, bem como gerarem, em cada máquina, o selo digital que forem utilizar. A partir de 1º de novembro, o selo digital estará implantado em todo o território do Estado do Paraná, uma atividade, aliás, que foi pioneira no país como protótipo instituído pelo Funarpen em 2005 e evoluído para o que é hoje.

Corregedor-Geral apresenta relatório sobre sindicância instaurada em adoções internacionais



Em reunião realizada na semana passada (11/9) o Corregedor-Geral da Justiça e Presidente da CEJA, Desembargador **Lauro Augusto Fabrício de Melo**, apresentou relatório final da Comissão de sindicância, instaurada para apuração dos fatos veiculados pela imprensa e Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre eventuais irregularidades nas adoções internacionais de crianças brasileiras. Após debates e apresentação de documentos e do relatório, nenhum erro ou desvio foi constatado em relação às denúncias divulgadas, não existindo faltas funcionais a serem apuradas.

A reunião teve a participação do 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, do Desembargador Ruy Muggiati (Consij/Pr) e de representantes da Procuradoria-Geral da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil/PR, Polícia Federal e demais membros da comissão.

Ao final da reunião, aprovados os debates e relatórios, o Corregedor-Geral da Justiça determinou a remessa de cópias ao Presidente do Tribunal de Justiça, à Corregedora Nacional de Justiça Ministra Nancy Andrigui e ao Presidente da CPI Dep. Arnaldo Jordy.

Na oportunidade, registrou-se também o reconhecimento prestado à CEJA, em sessão do Conselho Federal de Autoridades Administrativas (ACAF) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília, pela tradição e História da Comissão de Adoção do Estado do Paraná. *(Notícia extraída do site do TJ)*



Corregedoria-Geral da Justiça divulga Planejamento Estratégico

A Corregedoria-Geral da Justiça apresenta seu Planejamento Estratégico relativo ao período 2013-2017. O documento organiza de forma metodológica e democrática os objetivos e as metas de cada um dos setores da Corregedoria, visando aprimorar o desenvolvimento dos trabalhos internos para que sejam cumpridas com excelência a missão e visão institucionais ali definidas, repercutindo na melhoria da prestação dos serviços judiciários no 1º grau de jurisdição e também nas atividades do foro extrajudicial em todo o Estado, para garantir ao cidadão a efetivação de seus direitos.

Clique [aqui](#) para visualizar o documento na íntegra.



(Notícia publicada no site do TJ)

TJPR empossa dois novos Juízes substitutos

Dois novos Juízes substitutos tomaram posse, nesta terça-feira (23), na Justiça estadual paranaense: Igor Padovani de Campos e Chélida Roberta Soterroni.

Realizada na sala de Atos da Presidência, a cerimônia foi conduzida pelo Presidente do Tribunal, Desembargador Guilherme Luiz Gomes, e contou com a presença de desembargadores, magistrados, advogados, além de familiares e amigos dos empossados.

Após a assinatura do termo de posse, o Juiz Igor Padovani de Campos falou também em nome de sua colega Chélida. "Nosso compromisso, na data de hoje, diante de Vossas Excelências, de nossa família e amigos, é honrar diuturnamente estas togas que nos vestem, respeitando a Carta Magna e as leis de nosso país, agindo e trabalhando em prol de uma sociedade mais justa e ética, em busca do bem estar da sociedade".

Os novos magistrados foram saudados pelo Juiz Márcio José Tokars, representando a Associação dos Magistrados do Paraná. "A Amapar os recebe de braços abertos e estará sempre ao lado de vocês, juntamente com a cúpula do TJ, apoiando suas carreiras. Desejamos que sejam iluminados pela sabedoria, para que possam desempenhar o seu papel da melhor forma com o jurisdicionado".

Por sua vez, o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, expressou seus cumprimentos pelo êxito alcançado e pela conquista

do ingresso no respeitável quadro da magistratura paranaense. "Tenho absoluta certeza que haverão de desempenhar as suas funções judicantes com zelo, competência, retidão, sabedoria e, sobretudo, com ética", disse o Desembargador, ressaltando que o conjunto de valores éticos que o magistrado deve carregar consigo ao longo de sua vida pessoal e profissional é tão importante quanto a competência técnica.

Encerrando a solenidade, o Presidente do TJ parabenizou os novos juízes, exortando-os a construírem uma trajetória baseada acima de tudo na humildade. "Além da sabedoria aqui já destacada, o juiz deve exercer sua função jurisdicional perante a sociedade com humildade, especialmente com as pessoas da comunidade, que acreditam no Poder Judiciário e procuram um juiz, sem saber realmente de que forma devem exercer seus direitos".

Presentes também à cerimônia o 1º Vice-Presidente, Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos; o 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Wolff Bodziak; o Desembargador Luiz Carlos Gabardo; o Juiz auxiliar da Presidência, Fernando Prazeres; a Juíza auxiliar da 1ª Vice-Presidência, Ana Lúcia Lourenço; o Juiz aposentado João Maria de Jesus Campos Araújo; o Juiz Wilson José de Freitas Júnior; o Subsecretário do TJ, Alexandre Loyola Fontoura, o Diretor do Departamento da Magistratura, Manuel José Pacheco, a advogada Rogéria Dotti, representando o Presidente da OAB/PR, Juliano Breda, entre outros. *(Fonte: Assessoria de Imprensa do TJ)*



Alteradas as denominações e competências das Varas Judiciais de Ivaiporã, Rolândia e Santo Antônio da Platina

Por decisão do Órgão Especial, ocorrida em sessão realizada no dia 12 de setembro do corrente ano, foram alteradas as denominações e as competências das Varas Judiciais das Comarcas de Ivaiporã, Rolândia e Santo Antônio da Platina.



De acordo com a nova Resolução, a 1ª, a 2ª e a 3ª Vara de Ivaiporã passam a ser denominadas, respectivamente, “Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial”, “Vara Criminal, Infância e Juventude e Família e Sucessões” e “Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública”; a 1ª, a 2ª, a 3ª e a 4ª Vara de Rolândia passam a ser, respectivamente, denominadas “Vara Cível e da Fazenda Pública”, “Vara Criminal”, “Vara da Infância e Juventude, Família e Sucessões, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial” e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública”; e a 1ª, a 2ª e a 3ª Vara de Santo Antônio da Platina passam, respectivamente, a ser denominadas “Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial”, “Vara Criminal, Infância e Juventude e Família e Sucessões” e “Juizado Especial Cível Criminal e da Fazenda Pública”.

TJPR e Escola Nacional de Notários e Registradores promovem curso de capacitação



O Tribunal de Justiça do Paraná em parceria com o Sindicato dos Escrivães Notários e Registradores do Paraná (Sienoreg-PR) promoveram no mês passado o Curso em Direito Notarial e de Registro. O evento, que contou com a participação do 1º Vice-Presidente do TJ, **Paulo Roberto Vasconcelos**, do Corregedor **Eugênio Achille Grandinetti** e de mais de 400 participantes, foi destaque no Caderno Justiça e Direito do Jornal Gazeta do Povo. [Acesse aqui](#).

(Fonte: Assessoria de Imprensa do TJ)



Órgão Especial autoriza Desembargador a frequentar curso de doutorado em Portugal

O Desembargador **Francisco Luiz Macedo Junior** foi autorizado pelo Órgão Especial a se afastar de suas funções judicantes para frequentar, de 9 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2015, o Curso de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal).

O curso será desenvolvido em duas fases. A primeira destina-se à formação avançada em Ciências Jurídicas, Metodologia da Investigação Jurídica e Ciências Contextuais do Direito, com duração de três semestres. A segunda fase é destinada à elaboração da dissertação necessária à obtenção do grau de doutor.

O pedido de afastamento foi relatado pelo Corregedor-Geral da Justiça, Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, que acolheu, com base em pareceres técnicos, as razões do solicitante.

Em menos de dois meses, equipe de magistrados da Força-Tarefa julga 251 processos pertinentes à Meta 4 do CNJ

Os magistrados **Carolina Delduque Sennes Basso, Maurício Pereira Doutor, Michela Vechi Saviato, Adriano de Lima e Ernani Mendes Silva Filho** – integrantes da equipe da Força-Tarefa destinada a impulsionar andamentos de feitos – julgaram, entre os dias 4 de agosto e 26 de setembro do corrente ano, 251 processos afetos à Meta 4, estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Além disso, foram proferidos 149 despachos em outros processos.

Os trabalhos da Força-Tarefa, criada nos termos da Lei Estadual nº 17.836, de 19 de dezembro de 2013, para se dedicar, inicialmente, ao julgamento dos feitos concernentes à meta 4 do CNJ, prosseguem em ritmo acelerado.

A instituição desse grupo de Magistrados, designados especialmente para integrar a missão, foi idealizada pelo atual Corregedor-Geral da Justiça, Des. **Lauro Augusto Fabrício de Melo**, notadamente para agilizar processos conclusos com prazos excedidos para decisões, especialmente nas unidades judiciais de grande movimento, onde há demora na movimentação da carreira.



Dois magistrados são autorizados a frequentarem curso de aperfeiçoamento profissional na Espanha

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça autorizou os magistrados **Guilherme Formagio Kikuchi**, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cornélio Procópio, e **Emerson Luciano Prado Spaki**, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de União da Vitória, a se afastarem de suas funções judicantes para participarem, de 3 de novembro de 2014 a 2 de março de 2015, em Barcelona (Espanha), do “Curso de Formação Judiciária Especializada para Membros da Magistratura Ibero-Americana”, organizado pela Escola Judicial do Conselho do Poder Judiciário da Espanha.

O pedido de autorização foi encaminhado, pelos magistrados interessados, ao Corregedor-Geral da Justiça, Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, que, baseado em pareceres técnicos, submeteu-o, como relator, ao Órgão Especial.



Corregedor-Geral da Justiça, Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, que se aposenta após 37 anos dedicados à Magistratura, é homenageado por servidores e Juizes da Corregedoria

Reunidos no último sábado (27/09), nas dependências do Restaurante Madalosso, em Santa Felicidade (Curitiba), servidores e Juizes da Corregedoria-Geral da Justiça, homenagearam o Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, em razão do término do período de permanência do cargo de Corregedor-Geral da Justiça.

O acontecimento também foi prestigiado pela esposa do Des. Lauro, D. Vânia Elisabeth Cherem F. de Melo, por seus filhos, Simone, Lauro e Fernando, e por suas noras, Andréa e Aliana.

Também compareceram ao evento o atual Corregedor da Justiça, Des. Eugênio Achille Grandinetti, o ex-Corregedor-Geral da Justiça, Des. Noeval de Quadros, e o Des. Marcus Vinícius Costa.

Falando em nome de todos, a Chefe do Gabinete da Corregedoria, Simone Ribeiro Gama Triches, ressaltou as inúmeras

virtudes do Des. Lauro, destacando, sobretudo, a forma polida e respeitosa com que ele trata todos os seus auxiliares.

Por sua vez, ao se pronunciar, o Des. Lauro agradeceu a homenagem e a presença de todos, acentuando que o bom trabalho realizado pela Corregedoria, durante a sua gestão, dever ser atribuído, sobretudo, ao operoso trabalho em equipe, que resultou da dedicação e da eficiência pessoal de cada um de seus colaboradores, quais sejam, Juizes, assessores e demais funcionários.



Síntese biográfica do homenageado — Lauro Augusto Fabrício de Melo, filho do Desembargador Lauro Fabrício de Melo Pinto e de Maria de Lourdes Fabrício de Melo Pinto, nasceu em Guarapuava (PR).

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Ingressou na Magistratura, em 1977, após ser aprovado, em concurso público, para o cargo de Juiz de Direito. Atuou nas comarcas de São Miguel do Iguaçu, Mandaguari, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Curitiba. Em 13 de setembro de 1996, foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná. Em 16 de agosto de 2004 foi promovido ao cargo de Desembargador, onde foi eleito Corregedor da Justiça para o biênio 2011/12 e, posteriormente, Corregedor-Geral das Justiça para o biênio 2013/14.



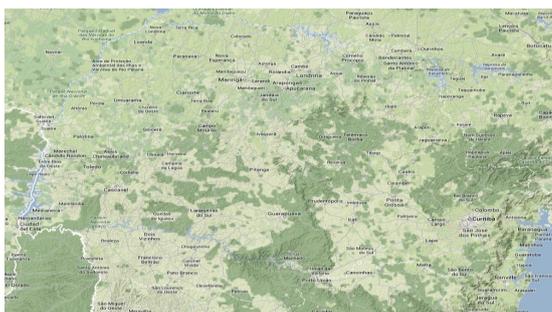
Calendário de correções e inspeções

Correções e inspeções realizadas no mês de setembro:

- 02/09/14** — 1ª Vara Cível de Guarapuava (Inspeção).
02/09/14 — 1ª Vara de Execuções Penais de Curitiba (Inspeção).
02/09/14 — Guarapuava (Serviço Distrital de Carro Quebrado) (Inspeção Extraordinária).
03/09/14 — Pinhão (Serviço Distrital de Pedro Lustosa e Serviço Distrital de Bom Retiro) (Inspeção Extraordinária)
03/09/14 — 2ª Vara de Execuções Penais de Curitiba (Inspeção).
04/09/14 — 3ª Vara de Execuções Penais de Curitiba (Inspeção).
10/09/14 — Joaquim Távora (Correição).
11/09/14 — Santo Antonio da Platina (Correição).
12/09/14 — Registro de Imóveis de Pontal do Paraná (Inspeção Extraordinária).
16/09/14 — 1ª Vara de Delitos de Trânsito de Curitiba (Correição).
16 a 17/09/14 — 1ª Vara Cível de Paranaguá (Inspeção Extraordinária).
17/09/14 — 2ª Vara de Delitos de Trânsito de Curitiba (Correição).
19/09/14 — 70ª Vara Judicial de Curitiba - Auditoria da Justiça Militar (Correição).
18/09/14 — 3º Distribuidor de Curitiba (Inspeção)
22/09/14 — Coronel Vivida (Correição).
23/09/14 — Mangueirinha (Correição).
24/09/14 — Clevelândia (Correição).
25/09/14 — Palmas (Correição).
30/09/14 — Tabelionato de Notas de Ipiranga (Inspeção Extraordinária).
30/09/14 — 1º Juizado Criminal de Foz do Iguaçu (Correição).
30/09 a 02/10/14 — Varas de Família e Infância e Juventude de Foz do Iguaçu (Inspeção Extraordinária).

Correções e inspeções previstas para o mês de outubro:

- 1º/10/14** — 2º Juizado Criminal de Foz do Iguaçu (Correição).
02/10/14 — 3º Juizado Criminal de Foz do Iguaçu (Correição).
07/10/14 — Vara de Infrações Penais Contra Criança de Curitiba (Correição).
08/10/14 — Juizado de Violência Doméstica de Curitiba (Correição).
13/10/14 — Bela Vista do Paraíso (Correição).
14/10/14 — Centenário do Sul (Correição).
15/10/14 — Primeiro de Maio (Correição).
16/10/14 — Porecatu (Correição).
21/10/14 — 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (Correição).
21/10/14 — 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (Correição).
22/10/14 — 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (Correição).
22/10/14 — 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (Correição).
29/10/14 — Faxinal (Correição).
30/10/14 — Ivaiporã (Correição).





Edições anteriores do Boletim da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ)

2011		2012		2013	
<u>jan</u>	<u>jul</u>	<u>jan</u>	<u>jul</u>	<u>jan</u>	<u>jul</u>
<u>fev</u>	<u>ago</u>	<u>fev</u>	<u>ago</u>	<u>fev</u>	<u>ago</u>
<u>mar</u>	<u>set</u>	<u>mar</u>	<u>set</u>	<u>mar</u>	<u>set</u>
<u>abr</u>	<u>out</u>	<u>abr</u>	<u>out</u>	<u>abr</u>	<u>out</u>
<u>mai</u>	<u>nov</u>	<u>mai</u>	<u>nov</u>	<u>mai</u>	<u>nov</u>
<u>jun</u>	<u>dez</u>	<u>jun</u>	<u>dez</u>	<u>jun</u>	<u>dez</u>
2014					
<u>jan</u>	<u>fev</u>	<u>mar</u>	<u>abr</u>	<u>mai</u>	<u>jun</u>
<u>jul</u>	<u>ago</u>				

ANO 2014 - Nº 09

Publicação Eletrônica Mensal da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, Corregedor-Geral da Justiça.

Des. Eugênio Achille Grandinetti, Corregedor da Justiça.

Coordenação e Edição:

Simone Ribeiro Gama Triches

Maria Vitória Guedes Viotti

Carlos Alberto Cavalheiro